

Tema proposto pela Comissão Coordenadora da oitava secção do Congresso da Oposição Democrática :

PROBLEMAS POLÍTICOS DE FUNDO DO POVO PORTUGUÊS

- PORTUGAL NO MUNDO -

DA NECESSIDADE DE UM PLANO PARA A NAÇÃO

tese de:

JOSÉ MEDEIROS FERREIRA

Neste último ~~trimestre~~ ^{quarto} do século o País assiste, desorientado, à justaposição de problemas que se lhe põem, os quais isolados uns dos outros já seriam graves e juntas parecem insolúveis. O Regime é responsável por essa acumulação e a natureza do Estado Novo leva a que o actual Governo se remeta a um pacato empirismo, preferindo a rotina da crise às medidas capazes de resolverem os problemas portugueses. Todavia aproximam-se para Portugal prazos inadiáveis para a resolução das suas dificuldades. Estas podem-lhe alterar a alma e a fisionomia. A Nação encontra-se em jogo e com ela o destino das classes sociais que a habitam e a informam.

Na realidade, no preciso momento em que o processo de integração europeia se acelera e nos abrange, com riscos a médio prazo, mas com enormes vantagens a longo, no caso de estarmos preparados, encontra-se o País a contas com uma guerra colonial longa de mais de dez anos. O que foi falta de previsão nos anos 50 revelada na ausência de um processo original de descolonização da África portuguesa, tornou-se, com o aparecimento em Angola, Moçambique e Guiné de movimentos de independência dispostos à luta armada para a conseguir, falta política grave do Regime perante a Nação. E hoje, decorridos mais de dez anos sobre o começo da guerra colonial, o Estado Novo está paralisado perante o problema. Mais do que determinação de continuar a guerra colonial o discurso de Janeiro do Presidente do Conselho revela tal paralisia. O regime não encontra outra saída do que a guerra e esta não constitui uma.



Está pois paralisado o regime e os interesses que lhe animam a existência perante o problema colonial, mas não o pode estar o País. Este tem de impôr urgentemente uma política de descolonização.

Descolonizar

Nesta fase da presença de Portugal no mundo a descolonização impõe-se. Mas trata-se de descolonizar no preciso momento em que decorre a integração europeia e mais intensa ligação de Portugal ao continente. Os processos estão aliás ligados e ligados a mais de um título.

Com efeito a Europa como um todo tende a interessar-se pela África e nesta fase da construção europeia três países são possuidores de chaves para aquele continente : a França, Portugal e a Inglaterra. Sem querer ir mais longe diga-se que o nosso processo de descolonização será fundamental para a consolidação da existência de uma zona económica e política abrangendo grande parte dos países europeus e africanos. Neste preciso ponto convém ser lúcido e ter a coragem de defender posições adversas a gregos e troianos.

Respeitadas as soberanias no que elas têm de essencial, assegurado um sistema de harmonização entre regiões ricas e regiões pobres como entre países ricos e países pobres e facultadas às populações os instrumentos de participação e de controle das decisões que lhes digam respeito, a zona a criar entre países europeus e países africanos afigura-se nos riquíssima de possibilidades para ambas as partes e capaz de se impôr ao mundo. Poderá mesmo vir a constituir resposta adequada à ingerência de duas grandes potências nos assuntos europeus e também africanos que são causa de precária soberania destes em relação àqueles.

Ora vários países poderão tirar vantagens de um enfraquecimento simultâneo, mesmo que temporário, da dominação portuguesa nas colónias e da presença dos movimentos de independência daqueles territórios.

De qualquer maneira seria a independência ~~destes~~ ^{destes} países que se encontraria comprometida. As coisas sendo o que elas são não vejo o menor progresso histórico se a influência da África do Sul ou da Rodésia crescerem em Moçambique, ou se em Angola, após os portugueses, forem americanos ou russos, mais provavelmente aqueles do que estes, a impõem a sua lei e os seus interesses. Por independência entende-se coisa bem diferente. "este modo a presença de Portugal, melhor entendida, pode facilitar o acesso das colónias a formas de independência mais interessantes do que aquelas capazes de passarem de todo por cima da lusã vontade. Quero dizer na minha que Portugal pode funcionar em relação a esses novos países como factor de uma maior independência destes.

Não há dúvida que em relação à África do Sul ou à Rodésia assim é. Mais delicado se torna provar que no que diz respeito aos movimentos nacionalistas Portugal poderá ser garante de independência. E no entanto é simples : pela força das circunstâncias os movimentos de independência do tipo daqueles que operam nas colónias são geralmente devedores de potências estrangeiras que nas fases mais duras da luta os apoiaram materialmente. Aconteceu-nos o mesmo quando, invadidos pelas tropas napoleónicas, nos enfeudámos à Inglaterra. Não se trata pois de algo que lhes seja exclusivo, mas urge agir em consequência. Quer dizer: um diálogo entre Portugal e os movimentos nacionalistas deve proporcionar a estes as condições para a diminuição das influências tecidas no decorrer deste período de guerra e que possam revelar-se contrárias aos interesses dos territórios em questão.

Portugal deve pois funcionar em relação aos novos países assim criados como factor de uma maior soberania destes, sobretudo no período sempre decisivo do acesso à independência.

Socializar

Tal descolonização, assim como as alianças imediatas, depende, claro está, do regime económico, social e político que vigorar em Portugal.

Quer-nos parecer, pela paralisia que o regime demonstra perante a necessidade de uma solução política para o problema colonial, que a actual hierarquia das classes sociais em Portugal não permite correr os riscos de uma medida de independência para as colónias. As classes dirigentes impõem-nos deste modo a continuação da guerra sem outra perspectiva que a do ~~adiamento~~ adiamento da ~~solução~~ solução política. (E se o governo de Caetano tenta badejar a questão política da independência pela via administrativa da descentralização, tal linha tem mais a ver com a imaginação política do seu autor do que com a inteligência da situação. Mais imaginativa do que verdadeiramente inteligente é ainda a ideia da comunidade luso-brasileira. "stes só se não puderem é que não nos comem as papas na cabeça...").

Temos assim que as actuais classes dirigentes não são capazes - nem permitem - ^{de} fornecer solução ao problema colonial. Como este problema não pode continuar no ponto em que está urge pois redefinir outra relação a estabelecer entre as classes no interior da Nação para uma melhor presença portuguesa no mundo.

É evidente que a descolonização, por menor que ela seja, trará problemas de reajustamento interno, quer no que diz respeito às actividades económicas, quer no que diz respeito à relação de forças entre as classes. Deste modo, o Estado, naquêlo em que depende destes fenómenos, não poderá ficar alheio a taã modificação. Isto é, num projecto profundo de descolonização deve estar presente aquele de socializar Portugal. Aqui o estabelecimento de um "écran" entre os dois fenómenos é ainda política das actuais classes dirigentes.

Não se julgue porém que a alteração da relação de forças entre as classes, provocada pela independência das colónias, será suficiente para, por si só, e sem luta interna, instaurar um regime socialista. Torna-se pois preferível falar de avanço das estruturas socializantes e não de regime socialista, que é coisa em si bem diferente.

Assim, no que diz respeito ao avanço das estruturas socializantes este pode efectuar-se, e deve efectuar-se, simultaneamente ao processo de descolonização e por aí será independente da instauração ou não no resto da Europa de regimes socialistas. Tal avanço das estruturas socialistas em Portugal constitui mesmo condição para o fortalecimento do País face à Europa. Já a instauração de um regime socialista num só país da Europa ocidental como Portugal parece mais difícil. De qualquer maneira, o socialismo que fôr instaurado num só país será sempre diferente daquele que fôr criado no espaço mais vasto e mais apropriado para tal que é o espaço europeu.

Acresce que o socialismo possível num só país como Portugal ficará sempre aquém daquele que fôr construído à escala europeia. Não se deve pois confundir avanço das estruturas socializantes com a implantação de um regime socialista. Para bem deste.

Acontece que a construção europeia, com o seu corolário que é o da independência dos países do velho continente em relação aos Estados Unidos da América e em relação à União Soviética ou a qualquer outra potência que se venha a constituir, cria condições para a instauração de um novo tipo de socialismo na Europa que não seja ameaçado nem por uns nem por outros. A fase de desenvolvimento económico, social e político da maior parte dos países europeus também ^{é indicativa} ~~indica~~ das possibilidades materiais e humanas de se construir aqui um socialismo diferente e mais avançado do que aquele praticado noutros espaços.

Tal não impede que em Portugal se faça avançar o projecto socialista antecipadamente e por via autónoma. Mais cedo ou mais tarde a Europa será defrontada à existencia no seu interior de países com ~~estruturas~~ ^{estruturas} de tipo socialista. Cada país tratará de impôr as suas opções internas e para tal será fundamental possuir ~~trunfos~~ trunfos suficientes para se fazer aceitar soberanamente no concerto europeu. Portugal possui alguns. E, neste caso como em muitos outros, a determinação política é arma fundamental. Deste modo, se no processo do avanço das estruturas socialistas em Portugal as classes trabalhadoras tiverem efectiva participação e se instrumentos democráticos lhes forem atribuídos, encontrar-se-ão mobilizadas as energias populares tão necessárias para a defesa do plano nacional. O plano nacional será ainda o melhor para conquistar e manter liberdades, ^{para} enquanto a Europa for comandada pelos interesses capitalistas.

Desenvolver

Mas a descolonização e o avanço de estruturas socialisantes não são, só por si, garantia da independencia nacional, e não será grande profecia antever dificuldades para o país no seguimento da descolonização. Estas dificuldades serão mesmo aumentadas se se continuar a subalternizar as classes trabalhadoras às classes detentoras do capital. Se, pelo contrário, o avanço de estruturas socialisantes for efectuado de molde a alterar a relação de forças existente, e a promover à dignidade política a lógica dos interesses das classes trabalhadoras, melhores condições de ultrapassagem das dificuldades criadas pela descolonização estarão encontradas.

De qualquer das formas, para um país de território reduzido como é o nosso impõe-se uma política acelerada de desenvolvimento económico. Ou seja, a independencia da Nação e a presença de Portugal

no mundo dependerão do fortalecimento do território pátrio com equipamento capaz de o valorizar para além da sua dimensão. Mais pequeno é o território de uma Nação mais equipado deve ele ser. Só assim o equilíbrio com outras nações ficará restabelecido e o plano nacional garantido. O avanço das estruturas socialisantes deve pois fazer-se tendo em vista uma aceleração do crescimento económico português. Certo é que não haverá desenvolvimento sem que se libertem as energias da sociedade portuguesa e o avanço das estruturas socialisantes também será isso.

As actuais classes dirigentes têm tentado fazer crer que o principal problema português é o do desenvolvimento. Será a partir do desenvolvimento económico que todos os problemas poderão ter resolução : desde a ~~xxxxxxxxxxxx~~ democratização de Portugal a descolonização de tudo seria capaz o desenvolvimento.

Ora assim não acontece e a experiência ensina-nos que situações existem em que é a prévia resolução dos problemas políticos e sociais que permite o pleno aproveitamento das potencialidades económicas dos países.

Nem outro significado tem o impasse ^{desenvolvimentista} ~~conservador~~ do governo, senão o de provar que, chocando-se os interesses dos grupos financeiros e industriais dominantes, impossível será um plano para a Nação.

O enlace de Portugal na Europa exige que a Nação se prepare criteriosamente. O desenvolvimento económico é tarefa tão importante para a comunidade portuguesa como a defesa militar, e assim como esta não se delega em particulares aquele não pode a estes estar sujeito. Devem pois os particulares operar no âmbito definido pela Nação.

Democratizar

É aliás no avanço das estruturas socializantes e na definição e execução de um plano de desenvolvimento que a democracia aparece como condição de êxito e às quais as suas formas devem adaptar-se.

Se se enquadrar os problemas portugueses à luz da continuação de Portugal no mundo, pode aparecer subalternizado o papel dos instrumentos capazes de levarem para a frente o projecto de continuar a Nação. Porém, se prescrutarmos os anseios internos do corpo nacional torna-se evidente que a grande união dos portugueses se faz em torno da conquista das principais liberdades democráticas. A instauração de formas democráticas será pois exigência que um verdadeiro poder anti-fascista e anti-colonialista não poderá adiar.

Na realidade, a permanencia do regime do Estado Novo gerou no seio da sociedade portuguesa um profundo movimento de aspiração à prática das liberdades públicas sempre negadas pela política terrorista do Estado Novo. Criou-se assim em torno das liberdades democráticas um elemento ideológico fortíssimo que tem expressão nacional e é inter-classista. Nenhum plano para a Nação poderá ladear este problema propriamente político.

A democratização da sociedade portuguesa não só constitui imperativo político como ainda encontra na necessidade de definir um projecto nacional razão da sua urgência.

Contudo, deve a democratização da sociedade portuguesa ir além das formas clássicas que a "democracia tem tomado, e que são ainda formas limitativas de a entender. Trata-se não só de multiplicar os instrumentos de intervenção a nível nacional mas ainda de reestruturar os poderes locais e regionais como órgãos fundamentalmente democráticos e decisivos nos espaços respectivos. Só assim algumas liberdades ficarão asseguradas.

Em síntese a actual situação de Portugal aponta três ordens de soluções que convém trilhar simultaneamente : trata-se de descolonizar, de socializar e de desenvolver. Tais metas devem ser alcançadas através de uma profunda democratização da sociedade portuguesa.

A nossa contextura histórica é assim qualitativamente diversa da ^{da} maioria dos outros países a quem nos poderíamos referir. Exemplificando, como temos de descolonizar não estamos nas mesmas condições que a Espanha (a independência para o Sa^{gr}ã espanhol não trará sobressaltos de maior ao país vizinho), como temos de socializar não estamos em situação de igualdade com a Hungria, com a Suécia ou com a Jugoslávia, e como temos de desenvolver, estando muito aquém da França, não estamos porém ao mesmo nível que Marrocos. Também não somos um país acabado de nascer, situação que pode favorecer a coesão nacional. Não estamos por conseguinte na mesma fase histórica que a Argélia.

Acresce que, Portugal, país europeu, não tomou a devido tempo as formas de democracia política que governam os demais Estados de além-Pirineus. Estes avançaram na experiência democrática exercitando em maior ou em menor grau a maior parte dos corpos constituídos da Nação na prática da participação económica, social e política dentro do sistema geral da democracia parlamentar. Neste momento e há quarenta anos, o Parlamento é em Portugal uma caricatura e a sua influencia nula na Nação. Também não se encontram outras formas de participação democrática do povo português na vida nacional. A existencia de partidos políticos não-governamentais é interdita obrigando-os assim o Estado Novo à clandestinidade pelo que a influencia deles na vida da Nação é reduzida. Deste modo à excepcionalidade da problemática portuguesa junta-se a diferença substancial dos instrumentos políticos para a resolver.

via ordinária, aquela da França, da Itália, da Suécia ou do Chile.

Por enquanto é ainda o regime do Estado Novo que domina, ou seja, a situação é insuportável. Nem descolonização, nem socialização, nem desenvolvimento. Muito menos democracia. Uma resposta global aos actuais interesses dominantes impõe-se. Encontramo-nos pois perante esta questão : que forças sociais, económicas, políticas ou culturais podem meter ombros a tal empreendimento ?

Sem responder a tal pergunta, destaco das várias componentes do corpo nacional duas realidades de ordem diferente que estão destinadas a tomar uma importância decisiva no futuro do País :

Portugal encontra nas suas classes trabalhadoras o melhor veículo ^{para a} sua continuação como Estado independente e é desta força social que pode resultar um projecto global para a Nação ou ^{pelo menos} nela ~~apoiado~~ apoiado.

Banidas sistematicamente pelo Estado Novo da cena política, as classes trabalhadoras portuguesas têm encontrado múltiplos obstáculos à sua organização autónoma e diversa e ainda mais na prossecução dos seus interesses. As enormes energias que a sua acção poderia ter trazido à Nação foram contidas e dispersadas pela política repressiva das actuais classes dirigentes. O País necessita porém, para a sua própria sobrevivência soberana de aproveitar ao máximo as capacidades dos grupos sociais constituídos. As classes trabalhadoras representam a grande maioria da população e asseguram o desenvolvimento do País. O deserto organizacional legal das classes trabalhadoras deve pois dar lugar a uma política de fomento neste campo. Como é sabido muito de Portugal se jogará aqui.

As classes trabalhadoras aparecem pois como a força social do futuro. No entanto uma instituição existe no presente que forçosamente estará no caminho das forças democráticas, seja para impedir

o seu desenvolvimento, seja para apoiá-lo. Mas não se pode fazer de conta que ela não existe. Trata-se das Forças Armadas.

Ora as Forças Armadas são, hoje por hoje, uma instituição essencialmente nacional. Prescrutando o conjunto dos ~~dirigentes~~ ^{SORDOS} constituídos da sociedade portuguesa, diremos até que é o Exército a instituição que mais se confunde com a Nação. E, embora o Exército seja efectivamente um instrumento da política das classes dirigentes, a instituição, esta, enquanto tal, é inter-classista e nacional.

Semelhante natureza decorre da existencia de um serviço militar obrigatório que torna presentes todas as classes sociais no seio da instituição. Donde o seu carácter inter-classista. Por outro lado no momento em que as actividades económicas, sociais, políticas e culturais tendem ao enlace regional, inter-continental e mesmo mundial, a defesa do território pátrio aparece, paradoxalmente, como anacrónica porém essencial para a manutenção do quadro nacional. Donde o carácter eminentemente nacional das Forças Armadas.

Estará no entanto na lógica da instituição a possibilidade de apoiar movimentos nacionais que se proponham resolver politicamente o problema das colónias, admitindo a independencia destas, para melhor se proceder ao levantamento das energias patrióticas na perspectiva da reestruturação do espaço europeu ?

As Forças Armadas, para além da função nacional de defesa do território, serão sensíveis às lutas que se desenvolvem no corpo da sociedade portuguesa ? A tensão nelas existente entre o todo Nação e as partes constituintes desta que são as classes sociais levará ao aparecimento de uma filosofia económica e social sobre a sociedade portuguesa capaz de permitir o apoio ao avanço das estruturas socializantes ?

Não estamos aptos a fornecer resposta definitiva a tais interrogações.

Note-se contudo que eu me refiro à linhas estruturais subjacentes à instituição militar e não à efectiva função política dessa instituição perante o Estado Novo. O controle do regime do Estado Novo sobre o Exército foi completo e detalhado até ao aparecimento da luta armada nas colónias. A própria guerra porém, se bem que obrigando as Forças Armadas a tarefas medíocres e ~~incompatíveis~~ incompatíveis com a sua função nacional, deu-lhe dimensões sem precedentes na história pátria. Convém deixar claro que as classes dirigentes sentiram o perigo que corriam e architectaram novos processos de controle. Diversos tipos de osmose social entre as classes dirigentes e o corpo de oficiais ~~fixxixixix~~ foram criados e, por outro lado, certos fenómenos decorrentes do próprio tipo das operações militares que a guerra colonial desenvolve, auxiliaram ~~em~~ controle do regime no próprio terreno da instituição militar. Foram assim fomentados precocemente o engrandecimento de corpos especializados tais como ~~os~~ dos para-quedistas, diversos tipos de comandos, fuzileiros navais e outros mais, que são ao mesmo tempo a expressão de uma necessidade técnica operacional e de uma política de enquadramento do regime sobre as próprias Forças Armadas.

Desta forma uma síntese foi operada entre um Exército que é a expressão do serviço militar obrigatória e as forças especiais de intervenção formadas por profissionais ou por voluntários. As Forças Armadas como instituição nacional encontram-se assim enquadradas e controladas pelo regime. Repare-se que o aproveitamento pelo regime da mobilização requerida pela guerra colonial se processa para além do serviço militar obrigatório. A ninguém passa desaperecebido, que mais não seja pela leitura atenta dos jornais censurados, a importancia que a antiga Liga dos Combatentes tomou

e a disputa das várias organizações para-militares no recrutamento de elementos vindos da guerra colonial. O regime fortalece assim grupos armados fora do Exército. Reside aqui aliás uma séria ameaça para a instauração e o desenvolvimento da democracia em Portugal.

De qualquer modo as Forças Armadas têm prestado enormes serviços ao Estado Novo. O último dos quais foi a oferta de dez anos de manutenção dos territórios africanos aprisionados ao regime colonial. O mesmo é dizer que as Forças Armadas já deram ao Governo um período excepcional para a resolução política do problema colonial. E diga-se em abono da verdade que oferecer dez anos para resolver politicamente uma guerra é raríssimo nos tempos que correm.

Mas, se foi possível manter o esforço militar durante estes dez anos, tal não aconteceu ^{criminosos} sem efeitos negativos no desenvolvimento geral do País e na posição de Portugal perante o mundo. Vejamos as principais consequências da guerra colonial no que diz respeito às relações do Exército com a Nação :

Uma guerra colonial tão prolongada vicia por forma assaz profunda o organismo militar português, especializando-o ~~para~~ num determinado tipo de operações militares de contra-guerrilha e empurrando-o cada vez mais para os braços das forças reaccionárias e anti-populares a coberto da chamada defesa da rectaguarda. A contra-subversão, conceito reaccionário, tornou-se complemento da contra-guerrilha, actividade colonialista. Ou seja, a função nacional do Exército encontra-se subalternizada e este controlado pelas forças reaccionárias. As Forças Armadas isolam-se assim do todo nacional e são impedidas por tais funções de se orientarem para o aperfeiçoamento do sistema defensivo tendo em vista ataques ou meras pressões do exterior. Sem querer avançar muito na matéria, diga-se que o atraso português é notório em relação, por exemplo, ao exército espanhol.

A muitos pode parecer descabida tal preocupação. Mas numa época em que se aproxima a reestruturação do espaço europeu com possibilidades combinatórias várias, desde a manutenção dos Estados nacionais a uma intensa regionalização ligada a poderes transnacionais, até à coexistência de Estados nacionais com poderes regionais mais avançados, a existência de um Exército forte, ligado às classes trabalhadoras e verdadeiramente representativo do querer nacional torna-se indispensável - ou pelo menos será um factor importantíssimo - para que Portugal se faça respeitar e seja considerado como um Estado soberano perante a Europa e face à Espanha. Nesta perspectiva, a guerra colonial é adversa de melhor função nacional para o Exército.

Mas a própria importância que as Forças Armadas venham a adquirir no início ou na execução de um plano para a Nação, já de si será significativa do maior ou menor preenchimento da cena nacional por parte dos instrumentos propriamente políticos como sejam os Partidos ou outras formas de organização cívica. Ou seja, o papel das Forças Armadas, sempre decisivo num processo de reestruturação da Nação, encontra condições de desenvolvimento extraordinário no estado actual da representação política das classes trabalhadoras e das forças democráticas em geral. E, da situação óptima que seria a das classes trabalhadoras e demais forças democráticas inspirarem e fortalecerem o Exército, chega-se à possibilidade de se vir a assistir a fenómeno contrário: o do enquadramento das classes trabalhadoras pelo Exército. E a experiência dos aldeamentos estratégicos, por si só, não é a melhor garantia de democracia...

Deve pois competir às forças sociais e políticas que se proponham descolonizar, socializar, desenvolver e democratizar o País a tarefa de reformular doutrina sobre as Forças Armadas, não esquecendo que nos tempos que correm a sua existência é garantia da Nação.

Conclusão geral

O que aqui fica escrito tem por fim principal ~~mas~~ mostrar a necessidade de um plano para a Nação. Qualquer força que queira efectivamente desempenhar um papel de agente histórico neste país não pode eximir-se ao dever de perspectivar Portugal. No estado em que este se encontra uma política de resolução parcelar dos problemas não corresponde ao momento da crise que atravessamos. Tendo apontado esta necessidade de perspectivar a Nação e tendo avançado alguns parâmetros que me parecem dever figurar num programa decidido de reestruturação do País, envio esta tese ao Congresso da Oposição Democrática esperando que ela possa ser útil ao debate sobre Portugal no mundo.

JOSÉ MEDEIROS FERREIRA

Conclusões (Cont.)

Deve pois passar-se de formas coloniais ou neo-coloniais para um sistema paritário de alianças.

8. Portugal deve não só dar o exemplo destas modificações nas relações entre os países europeus e os países africanos como mostrar áqueles a necessidade de se ultrapassar as formas neo-coloniais de colaboração.
9. Assegurada a descolonização em tal quadro tratar-se-á de impôr á Europa e ao resto do mundo o respeito pela nossa via de desenvolvimento político e económico.
10. O avanço das estruturas socialistas em Portugal deve ser uma das expressões dessa via nacional.
11. Numa mais profunda reestruturação do espaço europeu coexistirão certamente estados nacionais e poderes transnacionais. No caso português o plano nacional será ainda o melhor para se conquistar e manter liberdades. Ele permitirá também uma articulação mais harmoniosa e necessária entre Portugal e a Europa.

